PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 125/99

de 20 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*), da Constituição, o seguinte:

É exonerado, sob proposta do Governo, o embaixador Rui Gonçalo Chaves de Brito e Cunha do cargo de embaixador de Portugal no Maputo.

Assinado em 3 de Março de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Abril de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Decreto do Presidente da República n.º 126/99

de 20 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*), da Constituição, o seguinte:

É exonerado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe António Taveira da Cunha Valente do cargo de embaixador de Portugal em Rabat.

Assinado em 3 de Março de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Abril de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Decreto do Presidente da República n.º 127/99

de 20 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*), da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe António Taveira da Cunha Valente para o cargo de embaixador de Portugal no Maputo.

Assinado em 3 de Março de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Abril de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

Decreto do Presidente da República n.º 128/99

de 20 de Abril

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *a*), da Constituição, o seguinte:

É nomeado, sob proposta do Governo, o embaixador Rui Gonçalo Chaves de Brito e Cunha para o cargo de embaixador de Portugal em Rabat.

Assinado em 3 de Março de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Abril de 1999.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Decreto-Lei n.º 123/99

de 20 de Abril

O reforço da capacidade nacional em matéria de recursos humanos na área científica e tecnológica constitui um dos objectivos prioritários do Governo no domínio da ciência e tecnologia.

Nesse sentido tem sido realizado, nos últimos anos, um importante esforço, traduzido, designadamente, no aumento significativo do número de bolseiros de investigação financiados pelo Estado e dos montantes afectos ao financiamento de bolsas de investigação.

O papel decisivo que deste modo se reconhece à formação científica e, consequentemente, em última análise, à valorização das actividades de índole científica e tecnológica que têm lugar em Portugal não pode deixar de ter correspondência no estatuto aplicável aos próprios bolseiros.

Importa que estes beneficiem de um estatuto condigno, capaz de assegurar um conjunto mínimo de condições para a prossecução eficaz e responsável dos trabalhos que justificam a concessão da bolsa, nomeadamente no que respeita ao tempo que a estes deve ser dedicado, ao enquadramento perante a segurança social ou aos mecanismos de salvaguarda dos direitos dos bolseiros.

O estatuto aprovado pelo presente diploma pretende, em primeiro lugar, aplicar-se aos beneficiários de bolsas concedidas pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia ou ao abrigo de programas de financiamento da responsabilidade deste, podendo, ainda, ser aplicado aos bolseiros de investigação científica de qualquer outra entidade, bastando, para tal, que os regulamentos de bolsas respectivos sejam aprovados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Essa aplicação far-se-á sem prejuízo de regime mais favorável, resultante da lei ou de outros instrumentos juridicamente vinculantes.

Assim, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente diploma define o estatuto do bolseiro de investigação científica.